

BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

por Caio Bugiato<sup>1</sup>

Os artigos reunidos no livro são fruto de pesquisas desenvolvidas no Centro de Estudos Marxistas da Unicamp sobre a política e o conflito de classes na sociedade brasileira das últimas duas décadas.

Danilo Martuscelli analisa a crise do governo Collor (1992) à luz do conceito de bloco no poder. De acordo com o autor, o programa neoliberal apresentado pelo governo Collor não logrou destruir o legado do modelo desenvolvimentista, o que explica em parte a dificuldade de se consolidar um bloco no poder neoliberal. Essa dificuldade está relacionada com o caráter seletivo com o qual setores da burguesia aderiram ao programa neoliberal, gerando uma instabilidade hegemônica. O programa promoveu divergências principalmente entre as frações da classe dominante, cujo resultado foi isolamento político do governo e sua derrocada.

Armando Boito Jr. aborda a ascensão política da burguesia interna brasileira durante os governos Lula mediante um projeto econômico neodesenvolvimentista. Os governos FHC privilegiaram os interesses da grande burguesia compradora brasileira e do capital financeiro internacional e com isso provocaram insatisfação em setores da grande burguesia interna. Contudo, a política econômica dos governos Lula promoveu uma melhoria dos interesses ocupados por esta fração no bloco no poder. O autor mostra que tal trajetória não se deve à força hegemônica desta fração, mas sim a um processo de luta de classes que resultou na frente neodesenvolvimentista.

Sávio Cavalcante analisa a dinâmica dos processos de privatização e internacionalização do setor de telecomunicações brasileiro nos governos FHC e Lula e a atuação das frações da classe dominante neles. O Estado, durante os governos Lula, não alterou na essência o cenário do setor promovido pela reestruturação econômica de FHC – quebra do monopólio e desestatização, regulamentação da exploração privada dos serviços considerados não essenciais e venda do Sistema Telebrás –, mas recolocou

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política na UNICAMP-SP, professor do curso de Relações Internacionais da UNISANTOS e pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da UNICAMP.

parte da burguesia interna brasileira em condições menos subordinadas no cenário econômico nacional e fomentou uma participação mais expressiva do capital nacional no setor. O autor indica que no governo Lula, mediante o projeto Brasil Telecom, pode haver para o setor um modelo diferenciado do governo anterior.

Ana Elisa Corrêa e Santiane Arias refletem sobre as relações existentes entre a composição de classe e a atuação política do movimento altermundialista, privilegiando dois pontos: a suposta heterogeneidade do movimento e a recusa de um programa político unificado. Pontos estes que são problematizados na análise do Fórum Social Mundial e da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão. Para as autoras, estas formas de organização política estão intimamente ligadas a sua composição de classe. Dessa forma, as entidades em análise (e o movimento altermundialista em geral) tem uma composição de classe média, as quais sofreram perdas com as políticas neoliberais e passaram à atuação política.

Andreia Galvão analisa o processo de reconfiguração, em suas dimensões organizativa e político-ideológica, pelo qual o movimento sindical brasileiro vem passando desde a ascensão do PT ao governo federal. A autora demonstra que as reformas trabalhista e sindical têm sido as principais propulsoras desse processo, fornece alguns indicadores qualitativos e quantitativos para compreender tal processo, discute as razões de manutenção do apoio ao governo e apresenta elementos da estratégia sindical atual. A reconfiguração do movimento sindical é fruto de um duplo movimento: de um lado reflete as disputas no interior da CUT e a vitalidade da esquerda para renovação e, de outro, a motivação para se adequar às vantagens decorrentes do apoio ao governo. Assim sendo, a autora identifica, no que diz respeito a posições políticas gerais, as centrais sindicais aliadas ao governo – CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CTB e CCTB – e as centrais de oposição – Conlutas e Intersindical.

Paula Marcelino mostra a organização sindical dos trabalhadores terceirizados da Refinaria de Paulínia (Replan) representados pelo Sindicato da Construção Civil de Campinas e Região. Ainda que a base deste seja pulverizada em diversas empresas subcontratadas, o sindicato logra uma ação mobilizadora e combativa. Ação esta que, porém, está limitada sobretudo por dois fatores: as condições de trabalho precárias dos terceirizados e a estrutura sindical brasileira. Estas condições de trabalho significam uma alta rotatividade nos postos de trabalho, uma grande diversidade de categorias de

salário e de trabalho e uma grande amplitude etária, além da desconfiança entre terceirizados e efetivos, uma massa heterogênea que compartilha o mesmo ambiente de trabalho. No que diz respeito à estrutura sindical, a investidura sindical, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias colocam obstáculos à mobilização dos trabalhadores, uma vez que são responsáveis pela integração dos sindicatos ao Estado e pela sua autonomia frente aos trabalhadores. Contudo, o sindicato tem a confiança dos terceirizados devido a sua ação combativa por meio da manutenção de uma postura coerente – do ponto de vista da sua base – de lutar pelo direitos dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma sociedade socialista. Assim, levando em consideração as conquistas de benefícios trabalhistas e aumentos salariais reais, Marcelino avalia o sucesso dessa ação sindical, contrariando aqueles que acreditam que terceirizados não possuem organização e luta sindical.

Carol Filho e Davisson Souza, por meio de rica pesquisa empírica, refletem sobre a unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva no Brasil dos anos 2000, explorando como esse vínculo se deu nas ações e representações do MTD, da CUT, da Força Sindical, da Conlutas e da Intersindical. Os atores partem da premissa de que os trabalhadores que compõe o exército de operários, apesar de ter um fundamento comum – a luta contra a exploração do capital –, possuem interesses imediatos divergentes: os ativos lutam para manter seus empregos e os da reserva para conseguir vender sua força de trabalho. Tal divergência se reflete na recusa do sindicalismo brasileiro (CUT e FS) em organizar os desempregados para a luta, enquanto que Conlutas e Intersindical enfatizam a necessidade e a importância da unidade entre o ativo e a reserva, mas proposições políticas efetivas para tal ainda são frágeis. Por sua vez, para o MTD a organização dos trabalhadores desempregados é condição fundamental para a luta mais ampla pelo fim da exploração capitalista, que deve ser alinhada à luta sindical, ainda que interesses imediatos do ativo e da reserva dificultem a organização e a ação conjuntas.

Elaine Amorim analisa o surgimento de movimentos sociais de desempregados na França, no Brasil e na Argentina e sua relação com a introdução do neoliberalismo nesses países. Na Argentina, o desemprego atingiu 80% da População Economicamente Ativa e o neoliberalismo se deparou com a luta dos desempregados que ele próprio criara. Funcionários públicos, com apoio sindical e popular começaram as primeiras mobilizações, que se difundiram pelo país. As organizações se consolidaram por meio

de luta, porém os benefícios do governo para os movimentos (de diversas posições político-ideológicas) serviu para cooptá-los e controlá-los. Apesar do espaço conquistado no plano das lutas sociais nos últimos anos, os movimentos sofrem com a fragmentação e a criminalização, colocando-os numa posição de recuo. Na França, os movimentos sociais voltados para a organização e mobilização dos desempregados e trabalhadores precários se formaram nas décadas de 1980 e 1990 e perduram até hoje. Ao longo de suas trajetórias, os movimentos também se voltaram para a luta contra o desmantelamento das políticas de proteção social e o enrijecimento do acesso ao seguro-desemprego, barrando a generalização de políticas neoliberais. Atualmente tais movimentos se encontram em dificuldades de organização e buscam articulação com outras organizações para acumular forças. No Brasil, onde o mercado de trabalho já era pouco regulamentado antes do advento do neoliberalismo, os desempregados têm uma particularidade: não estão inseridos em movimentos de desempregados em sentido estrito, mas em outros movimentos populares (sem-terra, sem-teto, etc.), pois a luta contra o desemprego também é reivindicação dos movimentos populares.

Francine Hirata e Natalia Oliveira realizam uma caracterização dos movimentos sem-teto atuantes na Grande São Paulo nas duas últimas décadas, com foco em suas bases sociais, plataformas reivindicativas e orientações político-ideológicas. As autoras descrevem os métodos de luta dos movimentos, analisando as ocupações e a participação nos conselhos gestores. Os movimentos dos sem-teto podem ser considerados movimentos classistas, pois suas bases são compostas uma fração da classe trabalhadora, a massa marginal, e suas reivindicações lhes possibilitam travar a luta de classes. Há uma heterogeneidade nas orientações político-ideológicas, o que implica na adoção de diferentes estratégias de luta (as quais também variam de acordo com a conjuntura). Assim, a integração às instituições do Estado (conselhos) fragiliza a capacidade dos movimentos de exercer pressão social, enquanto o papel ativo das ocupações mantém a capacidade de mobilização dos sem-teto.

Esses artigos mostram que classes, frações de classe e camadas sociais não têm travado lutas pela tomada do poder e implantação do socialismo no Brasil, mas sim têm travado conflitos, ora abertos, ora dissimulados, pela apropriação de renda e de riqueza no país. Os autores demonstram que esses conflitos de classe têm marcado o processo político nacional e trazem um importante instrumento para entender as lutas contemporâneas.